

Análises de Dados Qualitativos: Intersecções e Diferenças em Pesquisas Sobre Administração Pública

Autoria: Érica Beranger Silva Soares, Alana Deusilan Sester Pereira, Jaqueline Akemi Suzuki, Magnus Luiz Emmendoerfer

Resumo: A escolha da técnica de análise de dados em pesquisas qualitativas pode gerar muitas dúvidas para o pesquisador. Assim, este estudo se propõe a identificar as intersecções e as diferenças na utilização de três técnicas em pesquisas sobre Administração Pública: Análise Documental, Análise de Conteúdo e Análise do Discurso. Pressupõe-se que essas técnicas são diferentes terminologicamente e em suas essências, mas possuem pontos em comum que podem provocar inquietudes nos pesquisadores em Administração, gerando tensões e possíveis confusões no momento da definição e delimitação dos procedimentos metodológicos para a coleta e análise de dados. Essas possíveis confusões serão observadas no decorrer deste estudo, aqui indicadas como possíveis atos ingênuos ou descompromissados de pesquisadores no uso de técnicas de análise de dados em prol da boa pesquisa qualitativa. O percurso metodológico utilizado neste estudo foi a meta-análise que pode ser entendida como um “estudo dos estudos”, ou seja, combina os resultados de estudos realizados de forma independente (geralmente extraídos de trabalhos publicados) e sintetiza as suas conclusões ou mesmo uma nova conclusão. Neste sentido, foram investigados os artigos publicados, entre os anos de 2006 e 2010, em Anais de eventos científicos da ANPAD – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, o que totalizou 88 artigos. Como resultados, este trabalho demonstrou, por meio da meta-análise de estudos em administração pública, que há evidências de limitações quanto à apropriação e ao uso de técnicas de análise de dados como a Análise Documental, a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso. Assim, retomando o pressuposto balizador deste trabalho, observou-se que a Análise de Conteúdo, seguido da Análise Documental, são as técnicas de análise de dados mais popularmente utilizadas. Em relação à Análise do Discurso, a baixa utilização desta técnica confirmou o pressuposto de que a sua complexidade ou desconhecimento acaba por diminuir o emprego da mesma em pesquisas sobre a Administração Pública. Uma observação importante extraída a partir da discussão empreendida refere-se à necessidade de novos estudos apresentarem substancialmente as diferenças entre as técnicas utilizadas, principalmente entre a Análise Documental e de Conteúdo, muitas vezes confundidas ou negligenciadas pelos pesquisadores, seja pela similaridade de termos e técnicas empregadas, seja pela falta de conhecimento por parte dos estudiosos em relação às técnicas. A não apresentação dos critérios metodológicos empregados nas análises qualitativas pode reforçar os questionamentos sobre a cientificidade destas técnicas. Por fim, a análise efetuada possibilitou o aprofundamento sobre a problemática ao identificar suas características e peculiaridades, apontadas teoricamente e evidenciadas empiricamente enquanto aspectos importantes na escolha da técnica de análise de dados para a realização de uma boa pesquisa qualitativa em administração pública.

1 – Introdução

Entre as indagações que aparecem ao pesquisador na hora de elaborar e executar um projeto de pesquisa, a escolha do método e técnicas a aplicar é uma das mais conflituosas, principalmente quando se pretende trabalhar com o enfoque qualitativo que, através do surgimento de novas abordagens, métodos e técnicas, encontra-se em um processo contínuo de propagação. Isto pode ser evidenciado pelo aparecimento de novas publicações e periódicos repletos de artigos sobre metodologia e de trabalhos resultantes sobre este enfoque de pesquisa (FLICK, 2009).

A pesquisa qualitativa pode ser associada à noção “guarda-chuva”, que se refere-se à capacidade de abarcar vários métodos, técnicas e instrumentos a fim de propiciar a compreensão do objeto, com o menor afastamento possível do ambiente natural (GODOI *et al.*, 2010). Este enfoque de pesquisa não busca regularidades, mas a compreensão dos agentes acerca do que os levou singularmente a agir como agiram.

Com o objetivo de elucidar alguns aspectos inerentes a técnicas de análise de dados utilizados em pesquisas qualitativas, este estudo se propõe a identificar intersecções e diferenças entre três técnicas utilizadas nas Ciências Sociais: Análise Documental, Análise de Conteúdo e Análise do Discurso. Pretende-se entender como estas técnicas estão sendo utilizadas em pesquisas relacionadas à Administração Pública.

Para isso, alguns questionamentos nortearam esta pesquisa. Dentre eles destacamos: qual a técnica de análise mais utilizada em pesquisas sobre Administração Pública? A Análise de Conteúdo é uma técnica quantitativa ou qualitativa? A análise documental é uma técnica de coleta ou de análise de dados? A Análise de Discurso é pouco utilizada em estudos na área da Administração?

Pressupõe-se que esses e os demais questionamentos apresentados ao longo do estudo provocam inquietudes nos pesquisadores em Administração, gerando tensões e possíveis confusões no momento da definição e delimitação dos procedimentos metodológicos para a coleta e análise de dados. Confusões a serem observadas no decorrer deste estudo, aqui indicadas como possíveis atos ingênuos ou descompromissados de pesquisadores no uso de técnicas de análise de dados em prol da boa pesquisa qualitativa: a) na Análise de Conteúdo, fazer referência a uma das principais autoras e obras da área, mas não esclarecer o seu rigor metodológico, com adequada descrição de sua sistemática; b) na Análise Documental, utilizar esta técnica tanto para a coleta, quanto para análise de dados, sem sua adequada exposição de uso durante o percurso metodológico da pesquisa; c) na Análise do Discurso, apesar de sua adequabilidade para o estudo de determinados objetos de pesquisa, sua aparente complexidade ou desconhecimento tem induzido o baixo uso desta técnica em administração pública.

Assim, esse pressuposto pode servir de argumento para justificar a ausência ou o pouco detalhamento acerca da utilização de técnicas de coleta e de análise de dados na seção do trabalho dedicada ao esclarecimento da escolha do método e de seus procedimentos empregados pelos pesquisadores. Ao mesmo tempo, inspira a realização deste estudo que pretende auxiliar no entendimento do uso das técnicas de análise de dados supramencionadas sob o enfoque qualitativo.

Desta forma, este estudo apresenta discussões referentes às questões levantadas por meio de uma meta-análise, que será descrita, após a exposição das principais características das técnicas de Análise Documental, Análise de Conteúdo e Análise do Discurso.

2 - Análise Documental

A Análise Documental (ADOC) pode se constituir como uma técnica valiosa de abordagem de dados, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvendando aspectos novos de um tema ou problema. (LUDKE & ANDRÉ, 1986).

Frequentemente, a ADOC é utilizada como base ou apoio para pesquisas científicas em diversas áreas do conhecimento. Em algumas áreas, como a História, a aplicação dessa análise é indispensável para o correto registro histórico, pois os documentos são considerados essenciais. Já nas Ciências Sociais a utilização da ADOC é feita associada a outras técnicas como questionário, entrevista, entre outros (MOREIRA, 2005).

Mas afinal, o que pode ser considerado um documento?

Segundo Cervo e Bervian (1983, p.79), documento é “toda base de conhecimento fixado materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta ou estudo”, sendo considerada como tal toda fonte de informação que ensina ou serve de exemplo ou prova, podendo ser escrita ou não.

Segundo Calado e Ferreira (2005), o uso da técnica se justifica pela utilização restrita a documentos que, geralmente, podem ser obtidos gratuitamente ou a um baixo custo e servem para consulta, para comprovação de algo, ou até mesmo, para a identificação de ocorrências em que o pesquisador não pôde observar ou assistir.

Há uma grande variedade de locais para obtenção de documentos, tanto público quanto privado, como: bibliotecas, arquivos e instituições públicas, bibliotecas universitárias, centros de documentos, escolas, sindicatos, centros de pesquisa, museus, entre outros (MOREIRA, 2005). A escolha dos tipos de documentos se restringe à necessidade do pesquisador e da pesquisa em foco. De acordo com Laville (1999), há uma grande diversidade de tipos: documentos oficiais, documentos parlamentares, documentos jurídicos, fontes estatísticas, arquivos pessoais, publicações administrativas, fotografias, canções folclóricas, documentos particulares, vídeos e outros.

De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), para que os resultados da análise não sejam comprometidos, alguns elementos são considerados essenciais para a seleção e avaliação prévia de um documento: o contexto histórico, o autor, a autenticidade e a confiabilidade e a natureza do texto. O contexto histórico revela o universo sócio-político do autor e daqueles a quem o documento foi destinado, possibilitando ao pesquisador apreender os esquemas conceituais dos autores, seus argumentos, refutações e reações. Quanto ao autor, é importante compreendê-lo e conhecer seu universo para estar ciente que por trás de algo que foi dito há sempre um interesse. A autenticidade e a confiabilidade são outros elementos que devem ser considerados, uma vez que é importante investigar a procedência do documento e realizar questionamentos sobre o seu autor. Por último, a natureza do texto indica ao pesquisador como os documentos são estruturados de forma diferente, facilitando a leitura em função do grau de iniciação do leitor no contexto particular de produção.

Assim, impende apresentar como na literatura a definição sobre análise documental é bastante discutida. Para Bardin (2009), consiste em representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original num estado ulterior, realizando operações que facilite a sua consulta e referência. Segundo Moreira (2005), a ADOC compreende a identificação e apreciação de documentos para um determinado fim. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) apresentam uma definição voltada à pesquisa das informações contidas em um documento, explicitando que ela é

feita para produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos, sendo que o investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e, na medida do possível, fazer inferências. Assim, o tratamento documental considera a extração científico-informativa, que se propõe a ser um reflexo objetivo da fonte original, identificando as novas mensagens subjacentes no documento.

Pimentel (2001) descreve a prática da ADOC de forma que o ato de organizar o material signifique processar a leitura segundo critérios da análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como: fichamento, levantamento qualitativo e quantitativo de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar o controle e o manuseio.

Assim, pode-se concluir que para analisar documentos é preciso realizar um tratamento documental pelo seu conteúdo, assunto ou teor textual, ou pela sua forma, apreciação estrutural e temática na organização da informação, pois cada tipo de documento tem uma forma própria. A partir da análise da sua estrutura é que se identificam conceitos expostos no documento (NASCIMENTO, 2009).

Logo, cumpre observar que a análise documental tem duas operações distintas: análise do conteúdo do documento e a padronização do formato. A análise do conteúdo identifica os elementos que representam conceitos ou ideias em um documento em diferentes formas, podendo ser por análise semântica, estatística, sintática ou de outra forma. Já a padronização do formato usa regras para determinar a posição de cada parte (estrutura) das informações divulgadas pela análise de conteúdo e ambas se reúnem em uma informação documentária, por meio de uma linguagem estruturada, tais como: indexação, classificação, catalogação e outros (NASCIMENTO, 2009).

Laville e Dione (1999) e Bardin (2009) anuem suas definições de análise documental como a operação de padronização do formato, considerando como análise o ato de atribuir um código (ou quando se associa a uma categoria), a realização da catalogação e a elaboração de um resumo ou de uma indexação.

A indexação consiste na criação de estruturas de dados associadas à parte textual dos documentos, cujo objetivo é acelerar o processo de recuperação. Na codificação é feita uma atribuição de um código que permite a representação da informação, possibilitando a sua transposição sem alterar o significado da informação a que se refere. Já a catalogação consiste na criação de estruturas de dados associadas à parte textual dos documentos, reunindo um conjunto de operações a fim de descrever um documento de modo abreviado, segundo princípios normalizados.

A Análise Documental possui algumas limitações, principalmente quando se trata do acesso aos documentos necessários, já que nem sempre é possível obtê-los. Entre os vários motivos que limitam tal acesso estão questões estratégicas das organizações. Além disso, alguns documentos podem não conter toda a informação detalhada, não apresentar de forma legível os dados ou podem ter sido forjados com alterações e falseados. Vale destacar ainda que, muitas vezes, as ferramentas conceituais e lógicas que foram usadas para chegar a determinadas conclusões sobre a realidade em um documento não são explicitadas, o que dificulta a análise (CALADO & FERREIRA, 2005).

3 - Análise de Conteúdo

O que uma mensagem diz? O que ela quer dizer? Qual o seu significado? Estas são algumas perguntas que ajudam a entender a proposta da Análise de Conteúdo (AC). Considerada como técnica de análise de dados, a AC inicialmente foi tratada como uma forma de analisar e interpretar textos e que, ao longo do último século, ganhou

“cientificidade”, sendo aprimorada como uma técnica aplicada nas mais diversas ciências, entre elas as Ciências Sociais.

Segundo Bardin (2009), os antecedentes da AC remetem a práticas interpretativas como a hermenêutica, a retórica e a lógica. Mas seu início pode ser conferido aos estudos de comunicação realizados pela Escola de Jornalismo de Colúmbia, no início do século XX, tendo H. Lasswell como um nome de destaque.

Como um dos objetivos deste estudo é entender algumas questões que envolvem a AC, é importante destacar o período que marcou a sistematização das regras e o interesse pela simbólica política: a década de 1940. Foi neste período que o rigor metodológico emergiu com as análises elaboradas por B. Berelson e P. Lazarsfeld, que passaram a tratar a AC como uma técnica de investigação que visa à descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo. O impacto deste período na história da AC foi tamanho que, mesmo com a inserção de novas visões e abordagens de caráter subjetivo nos anos seguintes (que envolviam a dicotomia quantitativa e qualitativa no plano metodológico e o confronto dos modelos instrumental e representacional no plano epistemológico), ainda hoje muitas análises seguem o raciocínio difundido por estes autores.

As décadas posteriores se caracterizaram pela inserção do uso do computador, o interesse pela comunicação não verbal e o surgimento da Análise do Discurso, além da inviabilidade de precisão dos trabalhos linguísticos. Neste momento, o plano metodológico e o plano teórico abordaram a questão da inferência, que passou a ser o destaque da AC, principalmente com a publicação do manual de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin em 1977. No Brasil, a psicóloga francesa ainda apresenta significativa referência da técnica nas Ciências Sociais (DELLAGNELO & SILVA, 2005). Para ela, a Análise de Conteúdo é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção /recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p.44).

Para Rocha e Deusdará (2006), esta definição envolve o maior desafio do pesquisador que opta pela técnica: o de estabelecer correspondências entre as estruturas semânticas ou linguísticas (que estão na superfície do texto) e as estruturas psicológicas ou sociológicas (que determinam as características encontradas nos textos). Estas últimas se relacionam com a noção do contexto da mensagem e que possibilita o aprofundamento do significado, indo além das aparências.

O entendimento a cerca do contexto utilizado na AC é importante, pois ele pode gerar algumas confusões e dúvidas sobre as diferenças em relação a outras técnicas de análise de dados, como a Análise do Discurso por exemplo. Apesar do caráter interpretativo da AC, o seu diferencial está na pretensão de validar cientificamente as técnicas de quantificação que legitimarão a leitura do texto. Trata-se de uma abordagem dedutiva que vai além da superfície linguística e alcança as condições em que os textos submetidos à análise são produzidos, sem deixar de lado a preocupação com a validade científica (ROCHA & DEUSDARÁ, 2005 e 2006).

Esta preocupação com o rigor científico talvez explique a crescente utilização da técnica em pesquisas na área da Administração Pública, especialmente naquelas que se caracterizam como qualitativas. Dellagnelo e Silva (2005) supõem que o interesse por parte dos pesquisadores pode estar relacionado à necessidade de se apoiarem em uma

técnica qualitativa que alcance alguma credibilidade acadêmica. Neste sentido, o aparato metodológico fornecido pela AC pode ser caracterizado pelas suas diferentes técnicas de tratamento, como a análise categorial, de avaliação, de enunciação, da expressão, das relações e análise proposicional do discurso (Bardin, 2009), além das diversas regras que compõem as suas etapas de realização, como a categorização e a enumeração. No entanto, uma das hipóteses desta pesquisa considera que muitos estudos na área da Administração Pública não aplicam a técnica seguindo este rigor e mesmo esta definição, apesar de citarem a Bardin.

Esta suposição talvez se explique pelo fato de a AC ter recebido, ao longo de sua história, diferentes definições tanto com o enfoque metodológico quantitativo, quanto com o qualitativo. Além disso, essas diferentes definições acerca da técnica aproximam a AC de outras técnicas, como a Análise Documental. De acordo com Bailey (1994) *apud* Dellagnelo e Silva (2005), a meta básica da análise de conteúdo é tomar documentos verbais, não quantitativos, e transformá-los em dados quantitativos. Para o autor, a Análise de Conteúdo é uma técnica de análise de documentos estruturada, onde o pesquisador primeiramente constrói um conjunto de categorias mutuamente exaustivas e exclusivas que podem ser utilizadas na Análise Documental. Esta posição acaba por confundir pesquisadores iniciantes ou pouco conhecedores da técnica na hora de classificarem suas pesquisas (DELLAGNELO & SILVA, 2005).

Assim, independentemente da escolha do pesquisador em relação à sua referência ou mesmo sobre qual caminho que o orienta em sua Análise de Conteúdo, é interessante que esta escolha seja apontada na pesquisa ao se considerar a aplicação da técnica. Ao apresentar suas escolhas e referências metodológicas, o pesquisador possibilita a melhor compreensão de sua pesquisa e conseqüentemente, a sua aplicação.

4 - Análise do Discurso

Para produzir ou ler um texto, ou até mesmo participar de uma boa conversa, é necessário uma grande quantidade de conhecimento sobre a linguagem, discurso, comunicação, contexto atual, ou seja, sobre o mundo. Este conhecimento, que é compartilhado socialmente entre comunidades sociais, é o denominador comum para a ação, a interação, o discurso e as práticas sociais (IÑIGUEZ, 2005). Desta forma, ressalta-se a importância da Análise do Discurso (AD) dentro do campo das Ciências Sociais, que é devido ao seu caráter interdisciplinar e à sua complementaridade com a linguística, além de estar associada à relevância dos discursos em qualquer prática humana.

Entre as várias razões para o discurso ser um objeto de análise dentro das Ciências Sociais, Iñiguez (2005) destaca: 1) as razões teórica e epistemológica, 2) a ênfase no estudo da linguagem como propriedade dos seres humanos e 3) a relevância que os meios de comunicação adquiriram no decorrer do tempo, em particular, as novas tecnologias de comunicação.

O discurso pode ser considerado como a palavra em movimento ou a prática de linguagem. Já a análise consiste em estudar como essas práticas atuam no presente, mantendo e promovendo essas relações (ORLANDI, 2007). Neste sentido, a AD concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Para Vergara (2005), o foco da AD é a forma como a língua é produzida e interpretada em um dado contexto em que se considera tanto o emissor quanto o destinatário da mensagem, além do contexto no qual o discurso está inserido.

Ademais, a AD visa a fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no

domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. Ou seja, a AD não estaciona na interpretação, mas trabalha seus limites e seus mecanismos como parte dos processos de significação (ORLANDI, 2007).

Na AD é necessário ir além do discurso manifesto e considerar a possibilidade de que nem sempre o que as pessoas dizem é o que elas sentem e vivem (GODOI *et al.*, 2010). Assim, além do discurso manifesto (intradiscurso) é importante considerar as diferentes naturezas de exterioridade e as diferentes concepções do não dito.

Como principais fatores de natureza externa ao discurso estão o contexto e o interdiscurso. O contexto constitui o cenário intersubjetivo da conversação, que amarra os elementos definidos como bases da interpretação. Já no interdiscurso incorporam-se elementos pré-construídos que são produzidos fora do discurso. Através deles é possível provocar uma redefinição e redirecionamento, utilizando o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição. Mas também pode provocar, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos. Assim, o interdiscurso mostra o domínio inconsistente, aberto e instável, e não a projeção, a expressão estabilizada da visão do mundo de um grupo social (MAINGUENEAU, 1997). Ademais, para Orlandi (2007), o interdiscurso determina o intradiscurso, ou seja, o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva.

Nas concepções do não dito considera-se principalmente o implícito e os aspectos paraverbais, que segundo Vergara (2005) referem-se às pausas, à entonação, às hesitações. Já o implícito é o sentido que se infere e que tem como suporte o dito explicitamente. O implícito é importante, devido ao que Godoi *et al.* (2010) definem como economia de linguagem, em que os discursos sempre devem manejar muitos pressupostos, muitos implícitos que dêem conta de vários aspectos por inferência, sem que seja necessário enunciá-los verbalmente.

Para Orlandi (2007) o que é silenciado constitui igualmente o sentido do que é dito. Entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move. É preciso dar visibilidade a esse espaço através da análise baseada nos conceitos discursivos e em seus procedimentos de análise. Toda e qualquer fragmentação do discurso, verbalizado ou não, está sujeito à interpretação e, portanto, está sujeito ao processo de inferência através do qual se pode chegar à interpretação dos enunciados e das relações entre eles. Assim, o texto consiste no registro verbal de um ato comunicativo, ou seja, a representação escrita de um texto falado.

O processo de escrita do texto possui um caráter essencialmente subjetivo presente na percepção de cada texto, uma vez que indivíduos diferentes prestam atenção a aspectos diferentes dos textos. A produção da versão escrita de um texto falado já é, portanto, uma interpretação. O caráter construtivo das elaborações textuais amplia a responsabilidade do analista que precisa já ter construído um modelo interpretativo que lhe sirva de guia na montagem do texto escrito (GODOI *et al.* 2010).

Ainda segundo o autor, a formalidade do texto e o seu atravessamento por entradas subjetivas, organizacionais e sociais caracterizam a dualidade constitutiva da linguagem. O discurso é o lugar da constituição da subjetividade, do desejo e da contradição natural do sujeito; opostamente, o texto, é o âmbito dentro do qual as frases perdem sua ambiguidade (GODOI *et al.* 2010).

Neste sentido, para Orlandi (2007) a análise do discurso não procura um sentido verdadeiro através de uma chave de interpretação. Não há esta chave. Há técnica, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há

gesto de interpretação que o constituem e que o analista, como seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.

5 – Percurso Metodológico

Com o propósito de identificar intersecções e diferenças entre a Análise Documental, a Análise de Conteúdo e a Análise do Discurso e entender como essas técnicas de análise de dados estão sendo utilizados em pesquisas sobre Administração Pública, adotou-se como estratégia metodológica a meta-análise.

Essa técnica pode ser utilizada nas diversas áreas do conhecimento e busca identificar aspectos que ainda não foram explorados sobre o problema proposto, além de explorar a causa principal das incoerências em determinadas pesquisas, apresentando resultados que auxiliem no delineamento de pesquisas futuras (PEREIRA, 2004).

De acordo com Luiz (2002), a meta-análise permite combinar os resultados de estudos realizados de forma independente (geralmente extraídos de trabalhos publicados). Além disso, busca sintetizar as suas conclusões ou mesmo uma nova conclusão. Segundo Armstrong (2001), a meta-análise pode ser entendida como um “estudo dos estudos”, podendo ter uma abordagem tanto quantitativa quanto qualitativa.

Para delimitação deste estudo, optou-se por investigar artigos publicados, durante os anos de 2006 a 2010, nos Anais de eventos científicos da ANPAD – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração. Foram eles: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (EnANPAD) e Encontro de Administração Pública e Governança (EnAPG). A seleção baseou-se em artigos que utilizaram a Análise Documental, a Análise de Conteúdo e a Análise do Discurso (seja separadamente ou em conjunto), em estudos sobre Administração Pública. No total, 88 artigos foram analisados.

A escolha destes eventos justifica-se pela sua importância e qualidade no meio acadêmico e pela amplitude de abrangência. Tais eventos reúnem, a cada encontro, um número significativo de teóricos conceituados e promovem grande divulgação no meio acadêmico. O período delimitado compreende os últimos cinco anos. Tal delimitação temporária é considerada adequada para tratar estudos caracterizados como contemporâneos.

O critério de seleção dos artigos foi o motor de busca ou motor de pesquisa nos CDs disponibilizados em cada evento, no ano respectivo, por facilitar o acesso a partir de palavras-chave. Os termos utilizados na busca foram “análise documental”, “análise de documentos”, “análise de conteúdo”, “análise do conteúdo”, “análise do discurso” e “análise de discurso”.

Essa forma de busca adotada apresentou uma limitação quanto à localização imediata dos artigos. Assim, também foram incluídos aqueles não localizados na busca por meio da palavra-chave, mas que foram detectados durante a análise. E como o interesse deste estudo está relacionado a trabalhos sobre Administração Pública, a busca realizada nos EnANPAD se restringiu às seguintes áreas: APS - Administração Pública e Gestão Social, APSA- Estado, Administração Pública e Sociedade Civil; APSB - Gestão e Políticas Públicas; APS-C - Gestão Social e Ambiental e, a partir do ano de 2010, APB – Administração Pública. Todos os artigos das três edições selecionadas do EnAPG foram considerados.

Posteriormente à seleção, procedeu-se a leitura dos seus resumos, do problema e dos objetivos, da metodologia, dos resultados e conclusões. Em casos específicos, para maior compreensão do material, houve a leitura integral. Os artigos que não abordavam

o tema Administração Pública foram excluídos sendo, portanto, eliminados todos os artigos da área Gestão Social e Ambiental (APSC).

6 – Resultados e Discussões

Para facilitar a compreensão dos resultados do estudo, optou-se por organizar a discussão em perguntas relacionadas às técnicas analisadas. O primeiro bloco de perguntas trata de uma análise geral comparando o uso das três técnicas. O segundo bloco analisa questões referentes à Análise Documental. O terceiro considera a Análise de Conteúdo e o quarto bloco trata de questões sobre a Análise do Discurso.

6.1 – Comparando o uso das três técnicas: qual a técnica qualitativa mais utilizada para a análise de dados nos artigos selecionados e quais os pontos de intersecção entre elas?

A Análise de Conteúdo foi a técnica mais utilizada pelos autores que publicaram sobre a área de Administração Pública em pesquisas qualitativas nos eventos considerados neste artigo. O *corpus* da pesquisa foi constituído de 88 artigos. Deste total, 60 fizeram uso da técnica, que pode ser considerada “a mais popular” desta análise. Sendo assim, tal constatação confirma a alegação de Dellagnelo e Silva (2005) a cerca da “credibilidade acadêmica” da AC (figura 1).

A Análise Documental aparece em 43 artigos. No entanto, ressalta-se que nem sempre o aparecimento do termo necessariamente é um indicativo de que a técnica é utilizada na análise de dados, pois ela também é uma ferramenta muito útil (em muitos casos, fundamental) para a coleta de dados.

Já a Análise do Discurso foi utilizada em sete estudos, o que surpreende ao se considerar que os temas dos artigos analisados são relacionados à área pública. A surpresa se deve ao fato de que, em tal setor, o discurso é um elemento importantíssimo para o entendimento de ações, visões, valores e planejamentos políticos, além de estar inserido em um ambiente onde diversos atores de ação social interagem (CHARANDEAU, 2006).

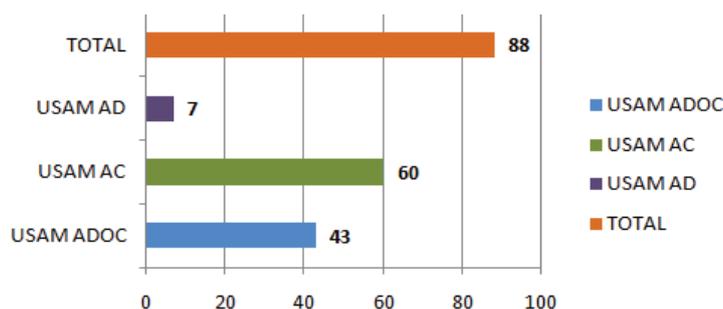


Figura 1: Total de artigos por técnica

Fonte: Resultados da pesquisa, 2010.

O número de artigos por técnica comprova a discrepância existente entre a escolha do uso das técnicas na área abordada neste artigo, principalmente quando se compara as demais técnicas à Análise do Discurso. Esta diferença pode estar relacionada aos seguintes aspectos: 1) a insegurança por parte dos pesquisadores em usar uma técnica complexa e de abordagem aprofundada como a AD, 2) a técnica não está sendo abordada devidamente nos cursos de graduação e pós-graduação relacionados à Administração Pública, 3) as outras técnicas são utilizadas pelo

“aparente” rigor metodológico apresentado, 4) ou mesmo porque muitos pesquisadores dizem fazer uso dessas técnicas, já que as consideram mais superficiais e adaptáveis a diversos tipos de pesquisa, mas na prática não empregam a técnica com o rigor que ela deve ter.

Após contabilizar os artigos por tipo de técnica, considerou-se em dados percentuais a frequência das técnicas aplicadas individualmente ou em conjunto com as demais, conforme está apresentado na figura 2.

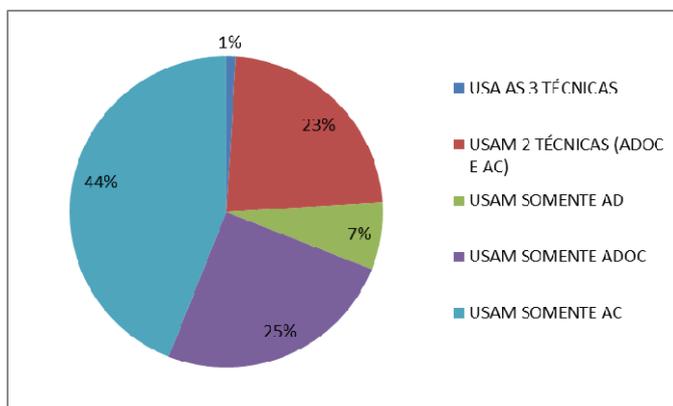


Figura 2: Uso das técnicas nos artigos analisados

Fonte: Resultados da pesquisa (2010).

Quando se separa cada artigo em uma das cinco formas de uso, de acordo com a legenda especificada, ainda assim a utilização da Análise de Conteúdo separadamente apresenta o maior percentual. No entanto, é perceptível que um considerável número de pesquisas contempla as Análises de Conteúdo e Documental em conjunto, o que reforça a hipótese de que muitos autores, apesar de utilizarem o termo Análise Documental, na verdade, fazem uso da técnica na coleta de dados, o que também pode aparecer como pesquisa documental. De acordo com os dados, apenas 1% utilizou as três técnicas conjuntamente, o que demonstra que as pesquisas da área ainda têm muito que evoluir em termos de estudos (essencialmente) qualitativos.

6.2 – Questões referentes à Análise Documental

6.2.1. Como a análise documental é considerada? Uma técnica de coleta ou de análise de dados?

A dificuldade de consenso na literatura sobre conceituação de análise documental reflete a polêmica de sua utilização. Segundo os dados apurados, apenas 21% dos artigos analisados, utilizando a análise documental, citaram autores que possam embasá-los.

De acordo com Moreita (2005), a análise documental contempla a etapa de identificação de documentos necessários para pesquisa em foco. Dessa forma, essa análise é adotada, por muitos, como uma técnica de coleta de dados, o que é comprovado nesta pesquisa. Do total de 43 artigos que dizem utilizar a ADOC, 32 consideraram a Análise Documental como uma técnica de coleta de dados e apenas 11 consideraram como técnica de análise de dados.

Esse resultado ressalta como a ADOC gera discussão quanto à sua utilização em trabalhos científicos. Desse modo, Nascimento (2009), Calado e Ferreira (2005) e Moreira (2005), esclarecem essa questão afirmando que a ADOC, por ir além do recolhimento de dados, deve ser entendida como uma técnica de análise.

6.2.2 – Quais procedimentos são adotados para realizar a análise documental?

De acordo com Nascimento (2009), a ADOC tem duas operações distintas: 1) a análise do conteúdo, que identifica os elementos que representam conceitos ou ideias do documento, 2) e a padronização do formato, que usa regras para determinar a posição de cada parte (estrutura) das informações.

Assim, os dados apurados mostram que realizar uma Análise de Documentos apenas analisando o conteúdo é a operação predominante, correspondendo a 72% dos estudos (figura 4). Os artigos que optaram pela padronização utilizaram a classificação temática e a codificação como formas de estruturação de categorias. Foi constatado que o uso da indexação, como defende Bardin (2009), não foi utilizado em nenhum momento. Ressalta-se ainda que todos os artigos que padronizaram o formato utilizaram também a análise do documento. Tal constatação corrobora Nascimento (2009), que afirma que o uso de uma operação não exclui o uso da outra e ainda possibilita uma análise mais apurada.

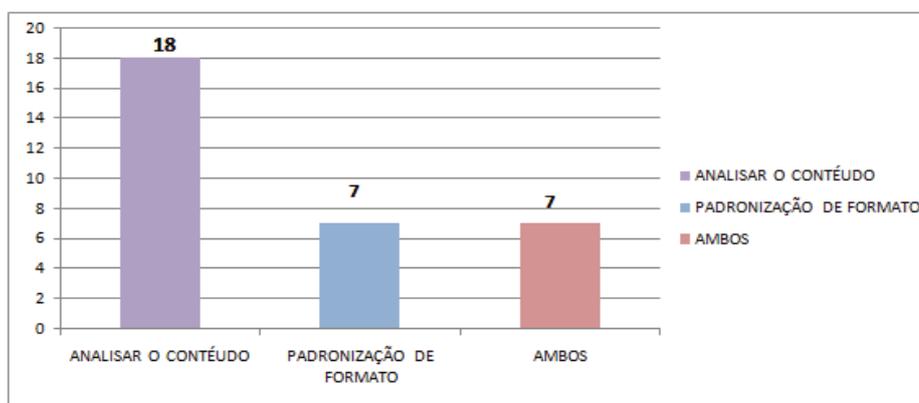


Figura 4: Uso das operações referentes a estrutura e ao conteúdo

Fonte: Resultados da pesquisa, 2010.

Cumprir destacar a verificação de que 17 artigos apresentaram de fato como a análise foi realizada. Do total, 26 artigos apenas afirmam adotar procedimentos, mas não mostram a sua aplicação. Ou seja, não explicitam qual operação foi utilizada e nem como se chegou às conclusões e aos resultados apresentados.

6.2.3 – Quais documentos são utilizados?

Reiteirando Laville (1999) sobre a ampla diversidade de tipos de documentos existentes e sobre a vasta possibilidade de obtê-los, os dados apurados confirmam tal assertiva por apresentar grande variedade de documentos.

Dentre os documentos citados pelos artigos, podemos destacar: projetos, ofícios, memorandos, edital, notas taquigráficas, pareceres de mérito a projetos de leis, relatórios, legislação, notícias em portais e em jornais, documentos internos, publicações institucionais e canais de comunicação, relatórios contábeis, portarias, organogramas, regimento, dados estatísticos, plano formal de Universidades, etc.

No entanto, em 14% dos artigos analisados não foram informados quais os documentos utilizados. Dentre os que informaram, possibilitou-se concluir que entre todos os tipos utilizados, os relatórios (com 24%) e os documentos oficiais (com 35%) são os mais empregados nas pesquisas. Apenas 10% deles usaram documentos como dados quantitativos.

6.3 – Questões referentes à Análise de Conteúdo

6.3.1 – Os trabalhos apresentam o rigor metodológico da AC?

Falar em rigor metodológico em Análise de Conteúdo é citar Laurence Bardin e seu manual publicado na década de 1970 (já reeditado três vezes). Ao considerar que a AC atua em dois pólos – o do desejo do rigor e o da necessidade de ir além das aparências, a autora apresenta duas orientações que a técnica possibilita: a verificação prudente ou a interpretação brilhante (BARDIN, 2009). Essas duas orientações abordadas pela autora francesa aparecem nitidamente nos artigos analisados neste estudo. Ora são citados os critérios de categorização e enumeração utilizados, ora só aparecem os resultados gerados após a análise dos textos, sem a apresentação dos critérios adotados para a realização da AC.

Esta afirmação pode ser comprovada em 32 dos 60 artigos que utilizaram a técnica, onde não foi possível identificar o critério de enumeração ou a técnica de categorização utilizada. Em relação à enumeração, o critério de presença / ausência foi o mais aplicado (20 casos). Quanto à categorização, a temática foi a mais abordada (30).

Outra consideração referente ao rigor científico remete ao uso de um software para a realização da AC. Do total, apenas seis artigos mencionaram a utilização, sendo os programas: SPSS, QSR N6, MIA, NVIVO e NVIVO8.

6.3.2 – A Análise de Conteúdo é uma técnica quantitativa ou qualitativa?

As diversas abordagens sobre a técnica, desde a sua concepção, refletem na dicotomia quanti/quali. De acordo com Bardin (2009), considera-se quantitativa as análises que aplicarem regras de enumeração relacionadas à contagem, como frequência, frequência ponderada e intensidade. Já as análises qualitativas empregam principalmente o critério de presença/ausência. Quando os artigos não apresentam o critério de enumeração, considera-se a pesquisa como qualitativa, pois ela abrange uma leitura aprofundada, trabalhando com a interpretação da temática e a retirada de trechos importantes para o entendimento dos resultados.

Entre os artigos analisados, seis foram classificados, segundo os critérios de Bardin (2009), como análises de conteúdo quantitativas. No entanto, esta classificação não indica que o estudo possui uma postura quantitativa, mas apenas o uso da análise priorizou técnicas mais facilmente quantificáveis. A maioria (52) utilizou a AC qualitativa, o que pode ser justificada por dois motivos: ou os pesquisadores não conhecem todas as possibilidades que a AC oferece metodologicamente, ou acreditam que ao usar regras quantitativas estarão deixando de realizar uma análise qualitativa. Uma informação interessante é que 15 dos 60 artigos realizaram, em algum momento da pesquisa, análise estatística.

Entre os principais instrumentos de coleta de dados utilizados nos artigos de AC aparecem: entrevistas semi-estruturadas e em profundidade, questionários, pesquisas bibliográficas, pesquisa documental, observação participante e direta. Entre as técnicas empregadas, o estudo de caso aparece em quase 50% dos artigos que usaram a AC.

6.3.3 – A Laurence Bardin é a principal referência da técnica na área?

De acordo com os resultados deste estudo, pode-se dizer que sim. Bardin foi a autora mais citada (34 artigos). No entanto, outros autores também foram considerados, conforme está apresentado na figura 5.

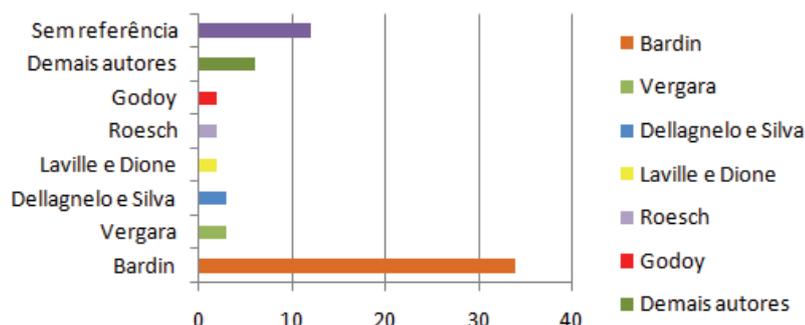


Figura 5: Principais autores citados

Fonte: Elaborado pelas autoras

Um dado interessante sobre os autores é que depois da Bardin, citada em mais da metade dos artigos analisados, destaca-se o número de trabalhos sem nenhuma referência em relação à técnica. Esta informação pode ser um indicativo da falta de rigor metodológico na aplicação da AC ou resultar do fato de que muitos autores que optam pela análise qualitativa acham que estão fazendo uma Análise de Conteúdo, sem mesmo conhecer a técnica ou saber aplicá-la. Além disso, conforme a Figura 5, observa-se que não há uma predominância nas citações de autores nacionais sobre esta técnica devido a pluralidade de pesquisadores que fazem uso da mesma.

6.3.4 – O uso da Análise de Conteúdo aumentou ou diminuiu nos últimos anos?

Aumentou. 45% dos artigos que abordaram a Análise de Conteúdo foram publicados em eventos de 2010, com destaque para o EnAPG, que representou 28% do total. A distribuição por número de artigos nos últimos cinco anos foi alterada também em razão de que nos anos de 2006, 2008 e 2010, foram analisados dois eventos. Em 2006, foram publicados 13% dos artigos selecionados neste estudo. Em 2007, apenas 4%. No ano seguinte: 20%. Em 2009, só o EnANPAD contou com 18%, comprovando o crescimento gradativo do uso da técnica em artigos publicados na área da Administração Pública. Porém, é importante ressaltar a importância de se trabalhar junto aos pesquisadores da área a necessidade de aprofundamento na técnica, visto que, apesar do aumento quantitativo, muitos estudos ainda tratam a AC superficialmente ou apenas a citam em seu escopo, sem realmente apresentar argumentos que validem a sua utilização e muitas vezes a confundem com a Análise Documental.

6.4 – Questões referentes à Análise do Discurso

6.4.1 – Por que a Análise do Discurso é uma técnica pouco utilizada em estudos sobre Administração?

Através do número de artigos encontrados é possível observar que a Análise do Discurso (AD) é uma técnica pouco utilizada pelos autores. Isto pode ser explicado devido a AD, segundo Godoi *et al.* (2010), ser uma técnica complexa e plural, necessitando de metodologias de pesquisa sofisticadas, capazes tanto de interpretar as mensagens explícitas quando desvendar os sentidos ocultos e as omissões.

Os sentidos ocultos são importantes, já que, de acordo com Orlandi (2007), a AD permite compreender a ideologia e o seu funcionamento imaginário e materialmente articulado ao inconsciente pelo fato de pensá-lo fazendo intervir a noção de discurso.

Para interpretar os sentidos explícitos e ocultos na pesquisa é necessário tempo e maturidade do pesquisador frente ao seu objeto de pesquisa. Segundo Flick (2009) na

AD o pesquisador deve relacionar, de modo sistemático, os sujeitos (personagens, pessoas, papéis) especificados no texto, além de, reconstruir os direitos e as responsabilidades pressupostas dos sujeitos especificados no texto.

6.4.2 - Qual a constituição metodológica utilizada nos artigos?

Todos os artigos de AD que explicitaram a sua constituição metodológica utilizaram a abordagem qualitativa, sendo que para a coleta de dados, todas utilizaram entrevistas estruturadas e/ou semi-estruturadas.

A AD está diretamente relacionada à abordagem qualitativa, pois ela está concentrada no contexto, na variabilidade, nas construções presentes no texto e nos repertórios interpretativos do pesquisador nos textos (FLICK, 2009). Além disso, segundo Godoi *et al.* (2010), na análise do discurso não existem regularidades e sim dispersão, diferenças e descontinuidades dos planos de onde o sujeito fala.

Neste sentido, assim como na análise do discurso, a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida que exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões (FLICK, 2009).

A coleta de dados feita principalmente por entrevistas pode ser justificada, já que segundo Flick (2009), os procedimentos analíticos do discurso referem-se não apenas às conversas cotidianas, mas também a outros tipos de dados como entrevistas ou reportagens.

6.4.3 – Os artigos utilizaram o intradiscorso nos resultados?

Todos os artigos analisados explicitaram o intradiscorso, ou seja, o verbalizado, colocando partes dos discursos nos resultados. Os trechos verbalizados pelos entrevistados foram expostos entre aspas e com a fonte em itálico.

Essa explicitação é importante, já que se sugere que o relatório de pesquisa inclua fragmentos ou trechos do material analisado, de modo a ilustrar a interpretação do pesquisador (VERGARA, 2005). Além disso, a transcrição deve ser realizada na íntegra, sem corte, correções ou interpretações iniciais, ou seja, deve-se preservar a fala dos participantes.

Desta forma, enquanto o discurso é a prática reflexiva da enunciação, o texto é a materialização linguística, um objeto, o espaço do enunciado. Assim, o texto expressa as linhas de coerência simbólica com as quais representamos e nos representamos nas diferentes posições sociais (GODOI *et al.*, 2010)

6.4.4 - As exterioridades foram consideradas?

As principais exterioridades do discurso são o contexto e o interdiscurso. Cerca de 43% dos artigos analisados consideraram o contexto e 29% consideraram o interdiscurso. Pode-se observar que foram poucos os artigos que consideraram estes fatores, devido à necessidade de um maior aprofundamento e maturidade do pesquisador.

Apesar de o contexto ter sido ignorado em alguns trabalhos, as frases não podem ser isoladas de seus textos e contextos. Além disso, o processamento do discurso nas mentes dos usuários da linguagem não pode ser isolado do verdadeiro uso da linguagem em contextos sociais, utilizado por usuários da linguagem em suas comunidades sociais e culturais (MAINGUENEAU, 1997).

O interdiscurso, que mostra o domínio inconsistente, aberto e instável de um grupo social, também foi pouco utilizado nos artigos analisados. Segundo Orlandi

(2007), o interdiscurso é o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. A utilização do interdiscurso pode ser exemplificada por Takimura *et al.* (2008): “Mesmo na organização podemos notar a **incoerência**. Fato observado é que o discurso do responsável pelo recolhimento do descarte seletivo **mostra contradição** em relação à atitude de algumas pessoas que dizem fazê-lo na organização (...)”

6.4.5 – Os artigos consideraram o não dito?

Cerca de 29% dos artigos consideraram o não dito dos entrevistados. O não dito está na forma de implícito ou na forma de silêncios. Segundo Godoi *et al.* (2010), o implícito é consequência da economia de linguagem em que se devem manejar muitos pressupostos. Já o silêncio pode ser pensado como a respiração ou lugar de recuo necessário para que se possa significar, ou seja, para que o sentido faça sentido (ORLANDI, 2007). O silenciamento é também empregado por meio do termo pausa. Uma pausa pode ser exemplificada no artigo de Takimura *et al.* (2008) através do fragmento: “(...) a SUPRAM pra mim (**pausa**) é o local onde eu passo a maior parte do meu tempo (...)”. Dos artigos analisados, o silêncio ou as pausas foram as principais formas de se trabalhar o não dito na análise dos seus respectivos objetos de pesquisa.

7 - Considerações Finais

Este trabalho demonstrou por meio da meta-análise de estudos em administração pública que há evidências de limitações quanto à apropriação e ao uso de técnicas de análise de dados como a Análise Documental, a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso. Neste sentido, ao optar pela realização de uma meta-análise, este estudo obteve informações concretas, até então consideradas como pressupostos ou suposições, a cerca do emprego das técnicas de análise de dados em estudos qualitativos referentes à Administração Pública. Tais informações foram apresentadas ao longo do estudo como resultados da pesquisa respondendo às perguntas levantadas na introdução e no decorrer deste artigo.

Assim, retomando alguns dos questionamentos indicados na introdução deste trabalho e respondidos ao longo do estudo, destacamos a observação de que a Análise de Conteúdo, seguida da Análise Documental, são as técnicas de análise de dados mais popularmente utilizadas nos estudos em administração pública. Em relação à Análise de Discurso, a baixa utilização desta técnica confirma o pressuposto de que a sua complexidade ou o desconhecimento da técnica acaba por diminuir o emprego da mesma em pesquisas sobre a Administração Pública. Conforme explica Godoi *et al.* (2010), esta situação pode resultar em razão da pluralidade da técnica, que requer metodologias de pesquisa sofisticadas e experiência do pesquisador. Isso pode representar uma limitação quanto à busca de subsídios qualitativos para a realização de estudos mais aprofundados acerca de determinados objetos de pesquisa, já que o contexto onde a Administração Pública se insere apresenta diferentes discursos e visões que podem auxiliar a elucidar questões de interesses econômicos, políticos, culturais e tecnológicos ainda não abordadas ou discutidas.

Uma observação importante extraída a partir da discussão empreendida refere-se à necessidade de novos estudos apresentarem substancialmente as diferenças entre as técnicas utilizadas, principalmente entre a Análise Documental e de Conteúdo, muitas vezes confundidas ou negligenciadas pelos pesquisadores, seja pela similaridade de termos e técnicas empregadas, seja pela falta de conhecimento por parte dos estudiosos em relação às técnicas. A não apresentação dos critérios metodológicos empregados nas

análises qualitativas pode reforçar os questionamentos sobre a cientificidade destas técnicas.

Como limitação deste estudo, consideram-se as dificuldades encontradas na seleção dos artigos em função do método de busca. Em razão dos resultados encontrados, também seria interessante a aplicação do modelo deste estudo a outras fontes de conhecimento, como outros eventos da área e periódicos qualificados pelos órgãos nacionais e internacionais de fomento e de avaliação da produção científica.

Por fim, a análise efetuada possibilitou o aprofundamento sobre a problemática ao identificar suas características e peculiaridades, apontadas teoricamente e evidenciadas empiricamente enquanto aspectos importantes na escolha da técnica de análise de dados para a realização de uma boa pesquisa qualitativa em administração pública. Logo, através das discussões realizadas, é possível minimizar possíveis atos ingênuos ou descompromissados de pesquisadores em Administração Pública ao fazerem uso das técnicas de análise de dados aqui tratadas. Isso pode contribuir para a realização de novos estudos concernentes ao tema e que novas discussões possam emergir a cerca da apropriação adequada de técnicas de análise de dados, bem como das dificuldades encontradas pelos pesquisadores na concretização dos seus trabalhos.

8 – Referências Bibliográficas

- ARMSTRONG, J. S. **Principles of Forecasting: a handbook for researchers and practitioners**. Norwell: Kluwer Academic Publishers, 2001.
- BAILEY, K. D. **Methods of social research**. 4 ed. New York: The Free Press, 1994.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- CALADO, S. S.; FERREIRA, S.C.R. **Análise de Documentos: Método de Recolha e Análise de dados**. Didáctica das Ciências – Mestrado em Educação, 2005. Disponível em: www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf. Acesso em: 12 de novembro de 2010.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DELLAGNELO, E; SILVA, R. C. **Análise de Conteúdo e sua aplicação em pesquisa em administração** in Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa Qualitativa**. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GODOI, C. K.; MELLO, R. B.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, estratégias e métodos**. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2010
- IÑIGUEZ, L. **Manual de Análise do discurso em ciências sociais**. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- LUIZ, A. J. B. **Meta-análise: definição, aplicações e sinergia com dados espaciais**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.19, n.3, p.407-428, 2002.

- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3º ed. Campinas: Pontes, 1997
- MOREIRA, S. V. **Análise documental como método e como técnica**. In: Jorge Duarte; Antonio Barros. (Org.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2005, v. , p. 267-279.
- NASCIMENTO, M. L. B . **Análise Documental e Análise Diplomática: perspectivas de interlocução de procedimentos**. (Tese de Doutorado). Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, 2009.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**. 7º ed. Campinas: Pontes, 2007.
- PEREIRA, R. C. F. **Explorando Conceitos e Perspectivas da Meta-Análise em Marketing**. Curitiba: Anais do Enanpad, 2004.
- PIMENTEL, A. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. In. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 114, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742001000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 de dezembro de 2010.
- ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. ALEA, v 7, n2, p 305-322, 2005.
- ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: o Linguístico e seu entorno**. D.E.L.T.A, v 22, n1, p 29-52, 2006.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. São Leopoldo, v.1, n.1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: http://www.rbhes.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em: 19 out. 2010.
- TAKIMURA, M.; RODRIGUES, V. S. N.; MACHADO, R. R.; JUNIOR, V. V. **Gestão Ambiental e Integração: caso SUPRAM**. In: ENPG, 164, 2008, Salvador: ANPAD, 2008.
- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.